



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

Convênio 3/2022 - ECONOMIA

CONVÊNIO Nº 03/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA, A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG E A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FUNAPE, TENDO POR OBJETO O ESTABELECIMENTO DE COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE OS PARTÍCIPEs, VISANDO À EXECUÇÃO DO PROJETO **“PREVISÃO DE DETERMINANTES DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O ESTADO DE GOIÁS”**.

CONCEDENTE - O ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA - ECONOMIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.655/0001-80, com sede em Av. Vereador José Monteiro, nº 2.233, Complexo Fazendário Meia Ponte, Setor Nova Vila, Goiânia - GO, representada por sua titular, nos termos do Art. 84-A da Lei Estadual nº 17.928/2012 incluído pela Lei complementar nº 164, de 7 de julho de 2021 e conforme regulamento do Decreto estadual nº 9.898/2021 a Sra. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT, portadora do CPF nº 011.676.317-57, residente e domiciliada nesta capital;

CONVENENTE - A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG - instituição federal de ensino e pesquisa de nível superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 3.834-C, de 14/12/1960, e reestruturada pelo Decreto nº 63.817, de 16/12/1968, inscrita no CNPJ nº 01.567.601/0001-43, com sede no Campus Samambaia, Goiânia-GO, CEP 74.001-970, neste ato representada pela Reitora ANGELITA PEREIRA DE LIMA, , portadora da Carteira de Identidade nº 1333488 - SSP/GO e CPF nº 363.357.701-72, residente e domiciliada nesta Capital, credenciada por Decreto Presidencial de 10/01/2022, publicado no DOU do dia 11/01/2022, com competência constante do respectivo Estatuto;

INTERVENIENTE EXECUTOR - A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FUNAPE, entidade estatutariamente incumbida da pesquisa e do desenvolvimento institucional, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Universidade Federal de Goiás - UFG, constituída nos termos da escritura pública de 02 de junho de 1981, lavrada no Cartório do Primeiro Ofício de Notas da Comarca de Goiânia, no livro nº 730, fls. 150/157, com sede na Av. Esperança, nº 1533, Campus Samambaia - UFG, Goiânia-GO, CNPJ nº 00.799.205/0001-89, neste ato representada por sua Diretora Executiva SANDRAMARA MATIAS CHAVES, portadora da Carteira de Identidade nº 745836 - SSP/GO e CPF nº 167.056.88-49, residente domiciliado nesta Capital;

As três Partes denominam-se, em conjunto, como PARCEIROS

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação técnica entre os Parceiros para o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, visando à execução do projeto **"Previsão de determinantes do equilíbrio fiscal para o estado de Goiás"**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O Plano de Trabalho, anexo ao Convênio é parte integrante deste, define os objetivos a serem atingidos, apresenta o planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalha as atividades e as atribuições de cada um dos Parceiros, a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como o cronograma físico-financeiro do projeto, a fim de possibilitar a fiel consecução do objeto desta parceria, estabelecendo objetivos, metas e indicadores.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, a ECONOMIA fomentará as atividades, conforme o Plano de Trabalho, sob as condições aqui acordadas, sendo parte integrante e indissociável deste Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A impossibilidade técnica quanto ao cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho que seja devidamente comprovada e justificada acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARCEIROS **quanto à alteração, à adequação ou ao término do Plano de Trabalho e à consequente extinção deste Convênio.**

PARÁGRAFO QUARTO

Na execução do Plano de Trabalho, a atuação dos Parceiros dar-se-á sempre de forma associada e colaborativa. Para tanto, indicam, na forma do Plano de Trabalho, seus respectivos Coordenadores de Projeto, que serão responsáveis pela supervisão e pela gerência das atividades, recaindo sobre o coordenador indicado pela FUNAPE as responsabilidades técnicas e de articulação correspondentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros para a execução deste Convênio serão custeados pela **ECONOMIA** e utilizados em estrita conformidade com o Plano de Trabalho, de acordo com o cronograma de desembolso anexo ao Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor global dos recursos públicos destinados à parceria é de **R\$ 520.482,00** (Quinhentos e vinte mil quatrocentos e oitenta e dois reais) por meio das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Descrição	Código	Denominação
Unidade Orçamentária	1701	Gab. Secretário de Estado da Economia
Função	04	Administração
Sub-função	123	Administração Financeira
Programa	1016	Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento
Ação	3024	Administração Contábil, Orçamentária e Financeira
Grupo de Despesa	03	Outras Despesas Correntes
Fonte	15000100	Receitas Ordinárias
Modalidade Aplicação	20	Transferências à União
Valor total estimado: R\$ 520.482,00 (quinhentos e vinte mil quatrocentos e oitenta e dois reais)		
Valor total estimado para 2022: R\$ 108.520,50 (cento e oito mil quinhentos e vinte reais e cinquenta centavos)		
Valor total estimado para 2023: R\$ 274.641,00 (duzentos e setenta e quatro mil seiscientos e quarenta e um reais)		
Valor total estimado para 2024: R\$ 137.320,50 (cento e trinta e sete mil trezentos e vinte reais e cinquenta centavos)		

PARÁGRAFO TERCEIRO

O repasse a ser efetuado pela ECONOMIA não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer situação capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, e formalizado por aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação dos recursos financeiros previstos na CLÁUSULA SEGUNDA, dar-se-á de acordo com o cronograma de desembolso financeiro anexo ao Plano de Trabalho, tendo por condição, ainda, a publicação do extrato deste Convênio no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

É vedada a realização de qualquer atividade prevista no plano de trabalho ou a assunção de qualquer despesa em data anterior à vigência deste Convênio ou antes do início do repasse dos recursos financeiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A FUNAPE movimentará os recursos previstos neste Convênio em conta corrente específica isenta de tarifa bancária em instituição financeira pública a ser determinada pela ECONOMIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na aplicação dos recursos pela FUNAPE, deverá ser observada a legislação aplicável, realizando-se cotação de preços, de acordo com os princípios da economicidade, da eficiência, da impessoalidade e da moralidade, e no artigo 82 do Decreto Estadual nº 9.506/19.

PARÁGRAFO QUARTO

Os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de

instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês. A aplicação poderá ser realizada em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando a sua utilização se verificar em prazos inferiores a 01 (um) mês.

PARÁGRAFO QUINTO

As receitas financeiras, auferidas na forma do parágrafo anterior, serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar de um demonstrativo específico que integrará a prestação de contas apresentada pela FUNAPE.

PARÁGRAFO SEXTO

Quando da extinção deste Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ECONOMIA no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O repasse dos recursos previstos nesta cláusula ficará automaticamente suspenso, e retidos os valores respectivos, até o saneamento da irregularidade, caso haja inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas neste instrumento, especialmente quando:

- a) houver evidências de irregularidades na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- b) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento dos Parceiros em relação a obrigações estabelecidas neste instrumento;
- c) quando a UFG deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela ECONOMIA ou pelos órgãos de controle interno ou externo;
- d) quando não for apresentada, no prazo

previsto neste instrumento, a prestação de contas parcial, salvo se decorrente de caso fortuito ou Força Maior.

PARÁGRAFO OITAVO

A liberação do recurso condiciona-se, ainda, à **disponibilidade financeira e orçamentária da ECONOMIA, de modo que a assinatura deste instrumento não gera ao beneficiário direito adquirido ao recebimento dos valores previstos.** Eventual cancelamento ou suspensão do recurso, notadamente em razão de necessário contingenciamento de despesas, não gera direito a qualquer tipo de indenização, podendo o ajuste ser rescindido unilateralmente a qualquer tempo, nos termos do art. 55, III, da Lei n.º 17.928/12.

PARÁGRAFO NONO

A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de categoria de programação para outra poderão ocorrer com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades de ciência, tecnologia e inovação.

PARÁGRAFO DÉCIMO

No âmbito do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, o coordenador do projeto indicará a necessidade de alteração das categorias de programação, as dotações orçamentárias e a distribuição entre grupos de natureza de despesa em referência ao projeto de pesquisa aprovado originalmente.

Por ocasião da ocorrência desse cenário, a FUNAPE poderá alterar a distribuição inicialmente acordada, promover modificações internas ao seu orçamento, alterar rubricas ou itens de despesas desde que não modifique o valor total do projeto e obtenha autorização prévia da ECONOMIA.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

São dispensáveis de formalização por meio de Convênio Aditivo as alterações previstas no parágrafo anterior que importem em transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades previstas no Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do valor total do projeto e haja autorização prévia da ECONOMIA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A ECONOMIA não responderá pela suplementação de recursos para fazer frente as despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste Convênio, os Parceiros se comprometem a:

I - A ECONOMIA:

a) transferir à FUNAPE os recursos referentes à sua participação financeira de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho;

b) designar técnicos do seu quadro para realizar o acompanhamento, e a fiscalização deste Convênio, observada a legislação pertinente e as normas de controle interno e externo;

c) exigir dos Parceiros o saneamento de eventuais irregularidades observadas em decorrência do acompanhamento, e da fiscalização deste Convênio;

d) providenciar o registro contábil adequado e manter atualizado o controle sobre os recursos liberados e sobre as prestações de contas apresentadas;

e) inscrever, em caso de desrespeito às regras deste Convênio ou às normas previstas na legislação de regência, os Parceiros responsáveis no CADIN ESTADUAL, nos termos da Lei estadual nº 19.754/17;

f) instaurar Tomada de Contas Especial nos casos previstos na Resolução Normativa nº 16/16 - TCE/GO;

g) proceder à publicação resumida deste instrumento e de seus aditamentos na imprensa oficial estadual, no prazo legal.

II - A UFG:

a) realizar a execução técnica do projeto, executar a gestão administrativa e financeira dos recursos transferidos em conjunto com a FUNAPE, tudo de acordo com as especificações previstas no Plano de Trabalho;

b) atuar em colaboração com a FUNAPE, considerando suas atribuições e responsabilidades previstas no Plano de Trabalho, inclusive quanto aos recursos relativos a este Termo;

c) aplicar os recursos repassados, financeiros ou materiais, exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Termo, realizando as atividades constantes do Plano de Trabalho com o acompanhamento dos responsáveis técnicos nele indicado;

d) auxiliar a FUNAPE no que lhe couber, a prestar contas dos recursos financeiros recebidos na forma prevista neste instrumento, observando o disposto no Decreto n.º 9.506/19 e no art. 73 da Lei estadual nº 17.928/2012;

e) aprovar o Projeto, segundo os pressupostos legais e este Termo, perante as instâncias administrativas competentes;

f) autorizar a participação de seus servidores, conforme relacionados no Plano de Trabalho, nos termos da lei e das normativas que disciplinem a matéria, sem que isto implique em disposição e/ou prejuízos no desenvolvimento das atividades normais e próprias dos indicados;

g) exercer a condução técnica, prestando apoio científico e tecnológico necessário ao melhor desenvolvimento do

Projeto, bem como permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências, nos termos da legislação regente;

h) indicar Coordenador Técnico encarregado das atividades de assessoramento ao planejamento do Projeto o qual, conjuntamente com a UFG, será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto;

i) aplicar os recursos previstos, inclusive os rendimentos auferidos, exclusivamente na execução do objeto deste Termo;

j) responsabilizar-se por todas as providências necessárias à adequada execução do Termo, inclusive por emissão de alvarás e cumprimento de demais exigências legais para a realização do projeto;

k) permitir o livre acesso dos servidores da ECONOMIA e dos órgãos de controle interno e externo aos processos, documentos e informações relacionadas à execução deste Termo, bem como aos locais de execução do seu objeto;

l) manter a guarda dos documentos originais relativos à execução do Termo pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da apresentação da prestação de contas;

m) autorizar o uso da imagem, nome e demais designações do projeto nas campanhas de finalidade institucional promovidas pela ECONOMIA.

III - A FUNAPE:

a) executar a gestão administrativa e financeira dos recursos transferidos para a execução do objeto deste Convênio em conjunto com a UFG e de acordo com o Plano de Trabalho;

b) movimentar os recursos relativos a este Convênio em conta bancária específica, utilizando transferência eletrônica disponível ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil, com identificação das destinações e nomes dos credores, quando aplicável, somente se admitindo saques em espécie quando, excepcional e justificadamente,

restar inviável a utilização dos meios indicados;

c) utilizar, quando da aplicação dos recursos relativos a este Convênio, documentação idônea para comprovar os gastos respectivos;

d) aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Convênio;

e) prestar contas dos recursos financeiros recebidos na forma prevista neste instrumento, observando o disposto no Decreto nº 9.506/19 e no art. 73 da Lei estadual nº 17.928/2012;

f) apresentar relatório de execução do objeto e relatório de execução financeira, informando o percentual realizado do objeto e a sua compatibilidade com o montante dos recursos recebidos e atendimento dos fins propostos, na forma prevista na cláusula sexta deste instrumento;

g) aplicar os recursos previstos, inclusive os rendimentos auferidos, exclusivamente na execução do objeto deste Convênio;

h) realizar cotação de preços para a aquisição de bens e serviços necessários à execução deste Convênio, sempre em conformidade com os princípios da economicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência;

i) assumir, sob sua única e exclusiva responsabilidade, os encargos tributários, trabalhistas e previdenciários de todo o pessoal envolvido na execução do objeto deste Convênio, que não terão qualquer vínculo empregatício ou relação de trabalho com os demais Parceiros;

j) ressarcir à ECONOMIA, por meio de pecúnia ou medidas compensatórias, eventuais saldos apurados e/ou valores irregularmente aplicados;

k) responsabilizar-se pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições e outros encargos porventura devidos em decorrência das atividades vinculadas a este Termo;

l) responsabilizar-se por todas as providências necessárias à adequada execução do Termo, inclusive por emissão de alvarás e cumprimento de demais exigências legais para a realização do projeto caso precise;

m) responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários,

fiscais, comerciais e legais relacionados à execução do objeto desta parceria;

n) permitir o livre acesso dos servidores da ECONOMIA e dos órgãos de controle interno e externo aos processos, documentos e informações relacionadas à execução deste Termo, bem como aos locais de execução do seu objeto;

o) manter a guarda dos documentos originais relativos à execução do Termo pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da apresentação da prestação de contas;

p) responder por todos os tributos e encargos, de qualquer natureza, decorrentes de ajustes formalizados com terceiros por ocasião da execução do objeto deste Termo, inclusive os referentes a direitos autorais e perante órgãos de arrecadação e de classe, não cabendo à ECONOMIA qualquer responsabilidade;

q) manter registros contábeis, fiscais e financeiros completos e fidedignos relativamente à aplicação dos aportes recebidos por este Termo, fazendo-o em estrita observância às normas tributário-fiscais.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A ECONOMIA exercerá as atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução deste Termo e atestação da satisfatória realização do seu objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica assegurado à ECONOMIA o livre acesso de seus técnicos devidamente identificados para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este Termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Termo ficarão a cargo dos gestores titular Alexandre Augusto Mendes Hatadani, matrícula funcional nº 43940501 e como gestor substituto Kátia Beatriz de Resende, matrícula funcional nº 4221001 e fiscal titular Bianca Gabriel Fellet, matrícula funcional nº 5783502-0 e como fiscal substituto Paulo Roberto Scalco, matrícula funcional nº 11115840 pela ECONOMIA, conforme Portaria 504/2022 - SGI que caberão, inclusive, a avaliação periódica da execução do Plano de Trabalho (pode ser nomeada comissão de avaliação, nos termos do art. 93, I, do Decreto n.º 9.506/19).

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caberá à comissão de avaliação ou servidor indicado nesta Cláusula proceder a avaliação dos resultados atingidos com a execução do objeto, de maneira a verificar o cumprimento do projeto, como também a relação entre os objetivos, as metas e o cronograma propostos e os resultados alcançados, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

O acompanhamento e a fiscalização exercidos pela ECONOMIA não excluem e nem reduzem as responsabilidades da FUNAPE e da UFG de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações desenvolvidas para execução deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ECONOMIA exercerá a fiscalização técnico-financeira das atividades do presente Termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A FUNAPE e a UFG deverão encaminhar à ECONOMIA:

a) Prestação de Contas por meio de Relatórios:

a.1) ao final de cada semestre compreendendo relatórios parciais;

a.2) no prazo improrrogável de 30 dias contados da conclusão do objeto deste Termo relatório final, em conformidade com os indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas deverá observar o disposto nos arts. 101 a 105, do Decreto n.º 9.506/19, compreendendo relatório técnico, relatório financeiro, avaliação de resultados e demonstrativo consolidado das transposições, remanejamentos ou transferências dos recursos, quando houver.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A apresentação dos documentos indicados nos parágrafos anteriores desta cláusula não obsta que a ECONOMIA solicite outros documentos necessários à avaliação e monitoramento da execução do termo.

PARÁGRAFO QUARTO

A prestação de contas de que trata esta cláusula não exige a FUNAPE de comprovar a regular aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a outros órgãos de controle interno e externo da Administração, nos termos da legislação específica vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DESTE

TERMO

O Termo poderá ser alterado mediante proposta devidamente formalizada e motivada, que deverá ser apresentada aos demais Parceiros em até 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Não é permitido ampliar o montante dos recursos financeiros inicialmente previstos no Plano de Trabalho, salvo se verificada situação excepcional capaz de justificar o aumento, e desde que aprovado pela ECONOMIA o projeto adicional detalhado apresentado e seja comprovada a fiel execução das etapas anteriores, mediante procedimento de prestação de contas específico.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Qualquer alteração da redação deste Termo será realizada mediante termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

Os Parceiros deverão tomar todas as medidas necessárias, observados os princípios de civilidade e legalidade, e de acordo com as boas práticas empresariais, para cumprir e assegurar que seus conselheiros, diretores, empregados, servidores e qualquer pessoa agindo em seu nome, inclusive prepostos e subcontratados, quando houver (todos doravante referidos como “Partes Relacionadas” e, cada uma delas, como “uma Parte Relacionada”) obedecerão a todas as leis aplicáveis, incluindo àquelas relativas ao combate à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, bem como àquelas relativas a sanções econômicas, para impedir qualquer atividade fraudulenta por si

ou por uma Parte Relacionada com relação ao cumprimento deste Termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Um Parceiro deverá notificar imediatamente o outro sobre eventual suspeita de qualquer fraude tenha ocorrido, esteja ocorrendo, ou provavelmente ocorrerá, para que sejam tomadas as medidas necessárias para apurá-las.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A FUNAPE e a UFG declaram-se cientes de que seus Departamentos/Órgãos Jurídicos e/ou advogados contratados estão autorizados, em caso de práticas que atentem contra os preceitos dessa cláusula, a solicitar a imediata abertura dos procedimentos criminais, cíveis e administrativos cabíveis a cada hipótese:

a) A FUNAPE e a UFG não poderão, em hipótese alguma, dar ou oferecer nenhum tipo de presente, viagens, vantagens a qualquer empregado, servidor, preposto ou diretor de outro Parceiro, especialmente àqueles responsáveis pela fiscalização do presente Acordo.

b) A FUNAPE e a UFG somente poderão representar outro Parceiro perante órgãos públicos quando devidamente autorizado para tal, seja no corpo do próprio Termo, seja mediante autorização prévia, expressa e escrita de seu representante com poderes para assim proceder;

c) A FUNAPE e a UFG e seus empregados/prepostos, quando agirem em nome ou defendendo interesses deste Termo perante órgãos, autoridades ou agentes públicos, não poderão dar, receber ou oferecer quaisquer presentes, vantagens ou favores a agentes públicos, sobretudo no intuito de obter qualquer tipo de favorecimento;

d) A FUNAPE e a UFG, ao tomar conhecimento de que algum de seus prepostos ou empregados descumpriram as premissas e obrigações acima pactuadas, denunciarão espontaneamente o fato, de forma que, juntas elaborem e executem um plano de ação para (i) afastar o empregado ou preposto imediatamente; (ii) evitar que tais atos se repitam e (iii) garantir que o Termo tenha condições de continuar vigente.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNAPE

A FUNAPE é responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas.

PARÁGRAFO ÚNICO

É de responsabilidade exclusiva da FUNAPE o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ECONOMIA eventual inadimplência em relação aos referidos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência desta Parceria será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da sua assinatura e seus efeitos jurídicos dar-se-ão a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativas técnicas.

PARÁGRAFO ÚNICO

Ocorrendo eventual atraso por parte da ECONOMIA, tendo em vista o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, os Parceiros, desde já, anuem quanto à prorrogação automática deste Termo, por período idêntico ao do atraso, o que deverá ser registrado em apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todo desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Convênio será de ti ECONOMIA, desde que não sejam utilizados para fins econômicos. Caso haja o interesse econômico nos resultados do presente Convênio, fica estabelecido que a UFG deverá também titular na propriedade intelectual, conforme previsto no Art. 9º, § III, da Lei nº 10.973/2004, por meio de instrumento jurídico específico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os PARCEIROS devem assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que o projeto proposto e que a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos autorais, patentes ou outros direitos intelectuais, assim como direitos de terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os depósitos de pedidos de proteção de propriedade intelectual devem ser iniciados necessariamente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI e registrados no sistema de acompanhamento da ECONOMIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As decisões relacionadas à preparação, processamento, manutenção e custeio de despesas de pedidos (houver), no Brasil e em outros países, devem ser tomadas pelo Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Economia. Se houver interesse econômico tais decisões deverão ser tomadas em conjunto pelos Parceiros.

PARÁGRAFO QUARTO

A FUNAPE não terá direitos sobre os resultados obtidos, passíveis ou não de proteção legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PROIBIÇÃO DE TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ESCRAVO

As partes declaram que cumprem o previsto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, o qual prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, bem como declaram que não empregam trabalhadores em situação degradante ou forçada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS VEDAÇÕES

Fica vedada a utilização de recursos da ECONOMIA para:

a - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

b - trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

c - pagar, a qualquer título, a servidor ou

empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas, compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias vigente;

d - alterar o objeto do convênio de forma a descaracterizá-lo;

e - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

f - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

g - realizar despesa em data posterior à vigência do instrumento, salvo os pagamentos cujo fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

h - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

Parágrafo único. Os convenientes poderão transferir a execução do programa de trabalho a interveniente executor, respeitadas as exigências desta Lei e desde que haja previsão para tanto em cláusula específica do instrumento celebrado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO TERMO

A extinção da parceria consubstanciada neste termo se dará mediante o cumprimento do seu objeto ou nas demais hipóteses previstas nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O Termo poderá ser resilido mediante notificação escrita, com antecedência de pelo menos 60 (sessenta) dias, por conveniência de qualquer dos Parceiros, hipótese em que a UFG

fica obrigada a restituir integralmente os recursos recebidos e não aplicados no objeto, acrescidos do valor correspondente ao rendimento financeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O descumprimento de qualquer das cláusulas deste Termo constitui causa para a sua resolução, especialmente quando verificadas as seguintes situações:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) falta de apresentação de prestação de contas no prazo estabelecido;

c) aplicação dos recursos em desacordo com as autorizações legais e ou com as disposições deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

A ECONOMIA providenciará a publicação do extrato deste Termo no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do presente termo serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) e na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

Os conflitos que possam surgir relativamente ao presente Termo, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (CCAF), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Goiás para dirimir as questões decorrentes deste Termo.

Por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

ANGELITA PEREIRA DE LIMA
Reitora - UFG

SANDRAMARA MATIAS CHAVES
Diretora Executiva - FUNAPE

CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT
Secretária de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Sandramara Matias Chaves**,
Usuário Externo, em 24/11/2022, às 09:13, conforme art. 2º, § 2º, III, "b",



Documento assinado eletronicamente por **Angelita Pereira de Lima**, **Usuário Externo**, em 25/11/2022, às 10:53, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT**, **Secretário (a) de Estado**, em 28/11/2022, às 06:45, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000033788088** e o código CRC **1D5B62F8**.

AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO, COMPLEXO FAZENDÁRIO,
SETOR NOVA VILA - GOIÂNIA - GO - CEP 74653-900



Referência: Processo nº 202200004046873



SEI 000033788088



ANEXO Nº I - CLAUSULA ARBITRAL/2022 - ECONOMIA/GELC-11947

1) Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (CCAF).

2) A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

3) O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

4) A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

5) Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (CCAF), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

6) A sentença arbitral será de acesso público, a ser

disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

7) As partes elegem o Foro da Comarca de Brasília para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (CCAF), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

ANGELITA PEREIRA DE LIMA
Reitora - UFG

SANDRAMARA MATIAS CHAVES
Diretora Executiva - FUNAPE

CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT
Secretária de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Sandramara Matias Chaves**, **Usuário Externo**, em 24/11/2022, às 09:13, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Angelita Pereira de Lima**, **Usuário Externo**, em 25/11/2022, às 10:53, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT**, **Secretário (a) de Estado**, em 28/11/2022, às 06:45, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o
código verificador **000033788161** e o código CRC **7705A8D3**.

AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO, COMPLEXO FAZENDÁRIO,
SETOR NOVA VILA, CEP 74653-900, GOIÂNIA/GO



Referência: Processo
nº 202200004046873



SEI 000033788161



PLANO DE TRABALHO

I - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto		
Previsão e determinantes do equilíbrio fiscal para o Estado de Goiás		
Identificação dos Partícipes do Projeto		
Universidade:	Universidade Federal de Goiás - UFG	
Unidade:	FACE	
Fundação:	FUNAPE	
Coordenador(a):		CPF/Matrícula SIAPE
Cleyzer Adrian da Cunha		937.563.486-87
Telefone 01	Telefone 02	e-mail
(62) 98201-7097		cleyzer@ufg.br
Centro de Custo	Banco e Agência	Conta Corrente específica
FUNAPE PDE GO	86-8	21.432-9
Classificação do Projeto:		
<input type="checkbox"/> Pesquisa	<input type="checkbox"/> Extensão	<input type="checkbox"/> Ensino
<input type="checkbox"/> Desenvolvimento Institucional	<input checked="" type="checkbox"/> Desenvolvimento Científico e Tecnológico	
Justificativa/Fundamentação		
<p>Trata o presente plano de trabalho do projeto: “<i>Previsão e determinantes do equilíbrio fiscal para o Estado de Goiás</i>” objeto de convênio com o Governo do Estado de Goiás, por meio da Secretária de Economia do Estado, processo SEI nº: 202200004046873, como partícipes, a Sra. Angelita Pereira de Lima, Reitora da UFG, a Sra. Sandramara Matias Chaves Diretora Executiva da FUNAPE e a Sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Secretária de Estado da Economia de Goiás.</p> <p>No tocante a coordenação, a capacidade técnica e gerencial para</p>		

execução do objeto, destaca-se que o mesmo ficará a cargo do Prof Dr Cleyzer Adrian da Cunha que tem graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2000), Mestrado pela Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2002) e Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2005), Pós-Doutor em Economia pela EESP/FGV (2011). Este trabalhou com previsões econômicas na Federação das Indústrias de Minas Gerais, foi coordenador do curso de graduação em Ciências Econômicas, atualmente é o Vice Coordenador do Mestrado em Economia da UFG. Por fim, vem realizando pesquisas e orientações de dissertações de mestrado e teses de doutorado usando modelos econométricos utilizando o software R em consonância com o escopo do projeto.

Em relação ao projeto este se fundamenta num contexto de aumento dos gastos discricionários dos governos com benefícios previdenciários, gasto com pessoal e incentivos fiscais tem contribuído para a deterioração fiscal dos Municípios, Estados e da União. Quando estes instrumentos de despesas são utilizados sem se pautar no princípio do equilíbrio fiscal intergeracional, isto compromete cada vez mais o espaço no orçamento para a manutenção de gastos públicos essenciais para o bem-estar da população e da qualidade da infraestrutura necessária para o crescimento econômico de longo prazo.

A situação atual aponta para a necessidade de uma reforma fiscal ampla e robusta contemplando todos os entes da Federação. O foco deverá ser na estabilização da dívida pública, redução do déficit orçamentário, elevação dos níveis de investimento público, previdenciária, pessoal e por fim, a reforma tributária.

Em relação aos Estados, o quadro fiscal é tão grave quanto o da União. Em Goiás, o comprometimento do gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida (RCL) apresentou uma razão na ordem de 50,7% em agosto de 2018. Ainda, levando em consideração o perfil demográfico do Estado de Goiás, a razão de dependência vem apresentando um crescimento gradual, porém, consistente. Deste modo, o gasto com aposentadorias vem consumindo a maior parte do gasto com inativos. Nos Estados da região Centro-Oeste, a média é de 70,7% sendo a maior média entre as regiões brasileiras.

Além dos gastos com pessoal, os incentivos fiscais também são utilizados como importante instrumento de política fiscal e industrial. O objetivo central é minimizar as desigualdades regionais, por meio de atração de empresas, bem como o fomento de cadeias produtivas. A lógica desse instrumento é compensar a falta de competitividade, infraestrutura local e deficiências na qualidade do capital humano por meio de subsídios tributários.

Entretanto, os incentivos fiscais recebem críticas por dois principais motivos. O primeiro está relacionado ao baixo nível de transparência e regras claras para definição dos beneficiários. Isso impõe um custo elevado para o Estado, por meio da perda de competitividade, com geração de atividades improdutivas, redução de emprego e renda, e com isso redução significativa da arrecadação tributária. O segundo postula que tal instrumento de política fiscal abre espaço para que grupos de interesse pressionem as autoridades econômicas e políticas locais com o intuito de obter privilégios, restringindo a concorrência e o tratamento mais equânime da cunha tributária. Assim, quando isso ocorre, observa-se uma transferência de renda dos mais pobres e menos organizados para estes grupos de interesse, fenômeno caracterizado como *rent-seeking* na literatura econômica.

Diante desse quadro fiscal, este projeto de pesquisa pretende utilizar técnicas de análise de séries de tempo e aprendizagem estatística para realizar previsões das variáveis mais relevantes das receitas tributárias e das despesas e encargos, e então agregar as previsões utilizando o

algoritmo de compatibilização de Hyndman *et al.* (2011) de forma a obter as estimativas da CAPAG para o Estado de Goiás, encontrando também as principais variáveis determinantes do resultado fiscal para o Estado de Goiás. Os modelos de previsões elaborados neste projeto de pesquisa podem servir de apoio para a construção de orçamentos, permitindo a estimativa dos resultados futuros e auxiliando gestores na tomada de decisão e no planejamento da arrecadação tributária. Com os resultados desta pesquisa, espera-se construir melhores modelos de previsão para o resultado fiscal, incluindo a arrecadação de ICMS e as despesas com pessoal, bem como identificar as principais variáveis determinantes do mesmo no curto, médio e longo prazo.

Fundamentação teórica

A utilização de modelos econométricos para previsão de arrecadação e resultado fiscal se alinha a estudos como os de Asimakopulos e Paredes (2013), Favero e Marcellino (2005), Imrohrogly *et al.* (2011) e Botric e Vizek (2012). Mais especificamente para o caso do Brasil, Mendonça e Medrano (2016) combinaram modelos de previsão para a receita tributária da União, enquanto que trabalhos como os de Pessoa *et al.* (2013), Clemente e Clemente (2012), Scheffer *et al.* (2014), Chain (2015), Santos e Lima (2006), Mendonça *et al.* (2020) e Gadelha *et al.* (2020) focaram na previsão de receitas tributárias e de ICMS dos Estados.

A utilização de previsões desagregadas baseadas nos componentes das contas públicas e a posterior agregação através de métodos de reconciliamento hierárquico como o descrito em Hyndman *et al.* (2011) é uma novidade em relação aos trabalhos realizados para o Brasil. Embora artigos como Asimakopulos e Paredes (2013) tenham utilizado um princípio semelhante para previsão de dados fiscais, os autores investigam apenas dados dos Estados Unidos e utilizam uma metodologia de agregação conhecida como “*bottom-up*”, que é um caso especial do procedimento hierárquico de Hyndman *et al.* (2011), sendo este último capaz de produzir menores erros de previsão.

Lütkepohl (2010) indica que uma previsão que utiliza componentes desagregados antes de realizar a agregação dos componentes pode levar a uma redução considerável dos erros de previsão quadráticos médios devido as informações mais ricas contidas nestes componentes.

O uso desta abordagem é mais comum no contexto da previsão do PIB. Em particular, Marcellino *et al.* (2003) mostram que é melhor prever o PIB da zona do euro por meio da agregação de previsões de países individuais (abordagem desagregada), enquanto Perevalov e Maier (2010) indicam que a previsão da atividade econômica dos Estados Unidos por meio dos componentes de despesas pode gerar previsões melhores.

Para o caso brasileiro, existem uma série de artigos que aplicaram metodologias de séries de tempo univariadas a fim de prever arrecadação tributária, como é o caso de Melo (2001) e Siqueira (2002). Estes autores utilizaram métodos como modelos ARIMA e suavização de Holt-Winters. Outros métodos alternativos para previsão de arrecadação tributária possibilitam a inclusão de variáveis explicativas, como é o caso dos modelos vetoriais autorregressivos (VAR), dos modelos vetoriais com correção de erros (VEC), e de outros modelos estruturais e de equações simultâneas. Alternativamente, Mendonça, Sachsida e Medrano (2013) utilizaram um modelo linear dinâmico bayesiano com parâmetros variáveis visando modelar séries individuais que correspondiam a cerca 80% da carga tributária bruta brasileira.

Uma constante nos trabalhos que realizam projeções de arrecadação tributária é a utilização de combinações de previsão. Mendonça e

Medrano (2016) combinaram previsões obtidas a partir de três modelos, o modelo fatorial dinâmico (MFD), o modelo sazonal autorregressivo integrado com média móvel (SARIMA) e o modelo de suavização de Holt-Winters, adotando para isso critérios de combinação baseados na performance das previsões, em regressões simples, e em médias e medianas. Já Dias e Ichikava (2011) também utilizaram combinações de previsões para analisar a relação entre risco de crédito e spread cobrado em títulos da dívida privada.

Entretanto, os trabalhos de previsão de arrecadação tributária e equilíbrio fiscal aplicados para o Brasil não costumam utilizar metodologias de agregação de previsões individuais. Nesse sentido, a utilização do modelo hierárquico de Hyndman et al. (2011) para a estimação do equilíbrio fiscal do Estado de Goiás é uma contribuição perante a literatura, podendo ter o potencial de melhorar as estimativas, conforme sugerido por autores como Lütkepohl (2010), Asimakopoulos e Paredes (2013), Marcellino et al. (2003) e Perevalov e Maier (2010).

I.a. Identificação do Objeto

Este convênio tem por objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, visando à execução do projeto : *“Previsão e determinantes do equilíbrio fiscal para o Estado de Goiás*. Este projeto justifica-se tendo em vista o grave quadro fiscal em que os Municípios, Estados e a União se encontram, em especial o caso do Estado de Goiás. O aumento dos gastos discricionários compromete a manutenção dos gastos públicos essenciais e afeta negativamente a qualidade da infraestrutura necessária para garantir o desenvolvimento de longo prazo. Nesse sentido, há a necessidade de gerar dados confiáveis e robustos para o assessoramento no processo de tomada de decisão dos gestores nas decisões orçamentárias. Como ressalta Mendonça e Medrano (2016), um bom modelo de previsão de arrecadação de tributos é de importância crítica para o governo. A elaboração de modelos de previsão para o resultado fiscal, bem como identificação das principais variáveis preditivas devem servir de apoio para a construção de orçamentos, viabilizando a redução do nível de incerteza. No curto prazo, a previsão gerada por estes modelos auxilia na gestão do fluxo de receita e atua como indicador estratégico de mudanças conjunturais. No longo prazo, estas estimativas fornecem subsídios para a adoção de políticas econômicas que viabilizem mudanças estruturais. No Brasil, a necessidade de previsão da arrecadação tributária federal, estadual e municipal é ainda mais relevante, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 12, estabelece a obrigatoriedade da previsão de receitas tributárias, através de métodos e premissas adequadas. Por fim, o presente projeto contribuirá para um ajuste mais adequado das contas públicas de Goiás, de forma que os resultados vão auxiliar a tomada de decisão da Secretaria de Economia do Estado.

I.b. Número Registro do Projeto

I.c. Prazo de Execução

	Início	Término
PI06283/2022	À partir da assinatura	24 meses a partir da data de assinatura

I.d. Resultados Esperados

Os resultados serão disseminados por meio da Secretaria de Economia do Estado de Goiás. Os produtos serão os relatórios parciais (bimestrais) e o relatório final, concluído ao término do projeto, bem como todos os códigos necessários para a reprodução dos resultados e aplicativos para visualização interativa dos mesmos. Além dessas entregas, as reuniões mensais propostas no cronograma contemplarão o treinamento da equipe técnica da Secretaria de Economia do Estado de Goiás, a fim de

proporcionar a capacitação técnica necessária para a operacionalização e adaptação das previsões geradas. Assim, além dos relatórios de entrega, a disseminação do projeto também ocorrerá por meio de cursos de treinamento e da disponibilização dos documentos e dos códigos computacionais dos modelos utilizados para inferir os objetivos propostos.

Com os instrumentos acima, espera-se gerar uma sinergia entre os pesquisadores contratados e a equipe técnica lotada na Secretaria de Estado da Economia de Goiás. Ademais, a disponibilização dos códigos computacionais e a oferta de cursos de treinamento visam qualificar o quadro técnico da Secretaria de Estado da Economia e de outras partes interessadas, para que possam continuar realizando o assessoramento técnico a tomada de decisão para o Estado de Goiás. Em todas as etapas estarão previstas reuniões e/ou apresentações e discussões dos resultados com a equipe técnica da Secretária de Economia.

Como resultados esperados teremos: a) entregar de forma bimestral um relatório técnico parcial do mês 2 ao mês 24 contendo as estimações dos modelos de previsão para as receitas tributárias e entre o mês 23 ao 24 o relatório final conforme especificadas no Cronograma de Execução do projeto; b) entregar doze (12) relatórios parciais ao final de cada bimestre e um (01) relatório final ao final do vigésimo quarto mês (24º) de vigente do projeto. Esses 12 relatórios parciais e o relatório final terão a anuência e validação pela área técnica da Secretária de Economia envolvida no projeto; c) estão previstas reuniões mensais e periódicas com a equipe de pesquisadores do projeto, da Secretária de Economia para apresentação de resultados preliminares e acompanhamento da execução e discussão das etapas do projeto. Ou seja, 24 reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros; d) por fim, no relatório final serão entregues as rotinas com todos os resultados do projeto, códigos de implementação dos modelos de previsão e painéis interativos para visualização das projeções do equilíbrio fiscal do Estado de Goiás.

I.e. Cronograma de Execução

Meta	Etapa	Descrição	Indicador Físico		Início	Final
			Unidade	Quantidade		
1	1	Relatório com as estimações dos modelos de previsão para as receitas tributárias (1º relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 1	Mês 2
		Relatório com a atualização das				

2	2	previsões das receitas tributárias com o fechamento dos dados de 2022. (2º relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 3	Mês 4
3	3	Relatório com as previsões por setor para a arrecadação de ICMS. (3º relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 5	Mês 6
4	4	Relatório com a atualização de todas as previsões até o mês de abril de 2023. (4º relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 7	Mês 8

5	5	Relatório com a atualização de todas as previsões para o primeiro semestre de 2023. (5º relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 9	Mês 10
6	6	Relatório com as previsões dos componentes da Capacidade de Pagamento do Estado. (6º relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 11	Mês 12
7	7	Relatório com a atualização de todas as previsões até o mês de outubro de 2023. (7º relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais	Unidade	1	Mês 13	Mês 14

		membros do projeto.				
8	8	Relatório com a atualização de todas as previsões até o mês de outubro de 2023. (8º relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 15	Mês 16
9	9	Relatório com a atualização de todas as previsões para o fechamento do ano de 2023. (9º relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 17	Mês 18
10	10	Relatório com os determinantes das previsões das receitas tributárias e a comparação entre os diversos modelos de previsão. (10º relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de	Unidade	1	Mês 19	Mês 20

		discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.				
11	11	Relatório com a atualização de todas as previsões até o mês de abril de 2024 (11 ^o relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 21	Mês 22
12	12	Relatório com a atualização de todas as previsões para o primeiro semestre de 2024. (12 ^o relatório parcial). Duas reuniões mensais com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 23	Mês 24
		Relatório final com todos os resultados do projeto, códigos de implementação dos modelos de previsão e painéis				

12	12	interativos para visualização das projeções do equilíbrio fiscal do Estado de Goiás (Relatório final). Por meio de duas reuniões de fechamento com a finalidade de discussão, treinamento e entrega das rotinas computacionais finais por conta da UFG e demais membros do projeto.	Unidade	1	Mês 24	Mês 24
----	----	---	---------	---	--------	--------

I.f. Indicadores de cumprimento das metas

- Como indicador de cumprimento de metas serão entregues doze (12) relatórios parciais ao final de cada bimestre e um (01) relatório final ao final do vigésimo quarto mês (24º) de vigente do projeto. Esses 12 relatórios parciais e o relatório final terão a anuência e validação pela área técnica da Secretária de Economia envolvida no projeto.
- Estão previstas 24 reuniões mensais e periódicas com a equipe da UFG, sob a coordenação do Sr. Cleyzer Adrian da Cunha e equipe com a participação de membros técnicos da Secretária de Economia para apresentação de resultados preliminares e acompanhamento da execução e discussão das etapas do projeto.
- Na reunião final juntamente com a entrega do relatório final estarão as rotinas com todos os resultados do projeto, códigos de implementação dos modelos de previsão e painéis interativos para visualização das projeções do equilíbrio fiscal do Estado de Goiás.

II - RECURSOS FINANCEIROS E APLICAÇÃO

Valor Total do Plano: R\$ 520.482,00

II.a. Detalhamento da Receita

Receita proveniente de contrato celebrado com a Secretária de Economia do Estado de Goiás. O projeto terá a duração de 24 meses e serão pagos 12 parcelas de forma bimestral após a entrega e validação do relatório técnico.

II.b. Cronograma de desembolso dos recursos

Parcela	Data	Valor
1	Mês 2	R\$ 31.373,50
2	Mês 4	R\$ 31.373,50
3	Mês 6	R\$ 45.773,50
4	Mês 8	R\$ 45.773,50
5	Mês 10	R\$ 45.773,50
6	Mês 12	R\$ 45.773,50
7	Mês 14	R\$ 45.773,50
8	Mês 16	R\$ 45.773,50
9	Mês 18	R\$ 45.773,50
10	Mês 20	R\$ 45.773,50
11	Mês 22	R\$ 45.773,50
12	Mês 24	R\$ 45.773,50

II.c. Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros		
Item		Valor (R\$)
1- Receita	Total	520.482,00
2- Previsão de Despesas (a+b+c+d+e+f+g)		
a - Pessoal	Total	432.000,00
Colaboradores eventuais (pessoal CLT)		
Encargos s/ CLT (≈ 83 %)		
Consultorias (STPF - RPA) + Encargos s/ serviços (20% INSS s/ RPA)		
Estagiários		
Bolsas		
Outros encargos		
b - Serviços de Terceiros P. Jurídica	Total	46.843,40
Hospedagem e Alimentação		
Manutenção de máquinas e equipamentos		
Assinatura de Periódicos/Anuidades		
Reprodução de documentos		
Confecção de cartaz para divulgação		

Despesas Acessórias de Importação	
Adequação do espaço	
Despesas Bancárias	
D.A.O. da FAP*	46.843,40
Outros serviços	
c - Passagens e Despesas com Locomoção Total	
d - Despesas com diárias Total	
e - Material de Consumo Total	
Material de Expediente	
Material de Laboratório	
Material de manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	
Material de Limpeza	
Combustíveis e lubrificantes	
Outros materiais	
f - Investimento Total	
Obras e Instalações	
Equipamentos e Material Permanente (móveis, máquinas, livros, aparelhos etc.)	
g - Ressarcimento IFES ** (via GRU) Total	41.638,60
Ressarcimento à UFG (8%)	20.819,30
Ressarcimento à UA/Órgão (8%)	20.819,30
h-econômico*** Ganho	
Total	00,00

* FAP - Fundação de Apoio à Pesquisa

** IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

*** - Não havendo previsão de ganho econômico este será apurado ao final da execução do projeto.

II.d. Detalhamento e Justificativa do Investimento			
Quantidade	Descrição (Equipamentos/Móveis/Obras)	Valor	Período
1	Não se aplica		
Justificativa:			

II.e. Identificação dos recursos da UFG	
Quantidade	Descrição dos Recursos da IFES (Equipamentos, Laboratórios, Salas, etc.)
Justificativa:	

II.f. Detalhamento do Ressarcimento à IFES	
Quantidade	Formas de Ressarcimento à IFES
Justificativa: Previsto na Resolução CONSUNI nº 42/2020	

II.g. Tratamento Tributário na Remuneração de Pessoal (Campo a ser preenchido pela UFG)	
<input checked="" type="checkbox"/> Bolsa	<input type="checkbox"/> Adicional Variável
Caso o projeto tenha previsão de pagamento de bolsas, indicar as modalidades.	

(X) Ensino, pesquisa, extensão ou desenvolvimento institucional
- Lei 8.958/94

() Estímulo à Inovação - Lei 10.973/04

() Estágio - Lei 11.788/08

Justificativa: Pagamento de bolsa ao coordenador e equipe vinculada ao projeto.

III QUADRO DE PESSOAL

III.a. Participantes (da UFG ou de outras IES) de forma voluntária (Lei nº 8.958/94 e 10.973/2004)

Nome	Registro Funcional ou matrícula	Instituição de vinculação	Dados		
			Vinculação (Docente, Tec. Adm., Discente)	Período/Duração/mês	Carga Horária anual

Obs: abaixo de cada quadro, justificar o valor das bolsas indicando os seus referenciais.

III.b. Participantes com recebimentos de bolsa (da UFG ou de outras IFES) (Lei nº 8.958/1994 e 10.973/2004)

Nome	Registro Funcional ou matrícula	Instituição de vinculação	Dados					
			Modalidade (*)	Vinculação (Docente, Tec. Adm., Discente)	Período/Duração/mês	Carga Horária Mensal	Valor Mensal	Valor Total
Cleyzer Adrian da Cunha	1562707	UFG	Pesquisa	Docente	24	10	6.000,00	144.000,00
Regis Augusto Ely	1882041	UFPEL	Pesquisa	Docente	24	10	6.000,00	144.000,00
A definir	A definir	UFG	Pesquisa	Docente	20	10	7.200,00	144.000,00

(*) Refere-se à modalidade definida nos termos da RESOLUÇÃO-CONSUNI Nº 42/2020.

(**) Custeio de bolsa condicionado à arrecadação do projeto.

III.c. Outros Participantes (Pesquisador Externo/Convidado) forma de Bolsa						
Nome	CPF	Dados				
		Modalidade (*)	Período/Duração /mês	Carga Horária Mensal	Valor Mensal	Valor Total
Total						

(*) Refere-se à modalidade definida nos termos da RESOLUÇÃO-CONSUNI Nº 42/2020.

(**) Custeio de bolsa condicionado à arrecadação do projeto.

III.d. Outros Participantes - Regime de CLT							
Nome	Cargo	Dados					
		Carga Horária semanal	a. Período/Duração	b. Salário base mensal	c. Encargos - mensal (*)	d. Benefícios - mensal (**)	Valor Total (a * (b+c+d))
Total							
Indicação dos Benefícios não obrigatórios e gratificação de função (se houver) com os respectivos valores:							

(*) Valor estimado dos encargos (INSS, PIS, FGTS, reserva rescisória proporcional) + benefícios obrigatórios.

(**) Benefícios não obrigatórios (indicar se houver) + gratificação de função (indicar se houver)

ANGELITA PEREIRA DE LIMA
Reitora - UFG

SANDRAMARA MATIAS CHAVES
Diretora Executiva - FUNAPE

CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT
Secretária de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Sandramara Matias Chaves**,
Usuário Externo, em 24/11/2022, às 09:12, conforme art. 2º, § 2º, III, "b",
da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Angelita Pereira de Lima**,
Usuário Externo, em 25/11/2022, às 10:53, conforme art. 2º, § 2º, III, "b",
da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE ALKMIN
JUNQUEIRA SCHMIDT, Secretário (a) de Estado**, em 28/11/2022, às
06:46, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do
Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o
código verificador **000033788169** e o código CRC **9173D1AD**.

AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO, COMPLEXO FAZENDÁRIO,
SETOR NOVA VILA - GOIÂNIA - GO - CEP 74653-900



Referência: Processo
nº 202200004046873



SEI 000033788169